

Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas na Educação Inclusiva: Desafios e Lacunas na Implementação no Brasil

Public Policies and Pedagogical Practices in Inclusive Education: Challenges and Gaps in Implementation in Brazil

Raquel de Brito Fontenele¹
Alba Maria Mendonza Cantero²

34

Resumo: O estudo aborda as contribuições e os desafios na implementação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à educação inclusiva no Brasil. O problema central gira em torno da efetivação dessas políticas em meio a obstáculos estruturais e formativos, especialmente no pós-pandemia. Os principais objetivos incluem analisar a efetividade das políticas públicas e das práticas pedagógicas, identificar lacunas em sua implementação e verificar os desafios enfrentados por professores e instituições educacionais. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura de natureza qualitativa (Gonçalves, 2007), baseada em dissertações, teses e artigos científicos. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, como a Política Nacional de Educação Especial (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a inclusão efetiva ainda é comprometida por falta de infraestrutura, formação inadequada de professores e descontinuidade nas práticas inclusivas.

Palavras-chave: Educação inclusiva, políticas públicas, práticas pedagógicas, formação docente.

Abstract: The study addresses the contributions and challenges in the implementation of public policies and pedagogical practices aimed at inclusive education in Brazil. The central issue revolves around the effectiveness of these policies amid structural and formative obstacles, especially in the post-pandemic context. The main objectives include analyzing the effectiveness of public policies and pedagogical practices, identifying gaps in their implementation, and assessing the challenges faced by teachers and educational institutions.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY. Especialista em Docência Superior (2005) pela Universidade Cândido Mendes. Graduada em Pedagogia pela Universidade de Rio Verde FESURV (2005). Professora dos Anos Iniciais- Educação Infantil e Ensino Fundamental pela Rede Municipal de Rio Verde-GO. E-mail: raquelbfonty11@gmail.com

² Doutora em Ciência da Educação, professora orientadora na Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai – PY; albamendoza058@gmail.com

Recebido em 01/08/2024
Aprovado em: 28/08/2024

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



The methodology employed was a qualitative literature review (Gonçalves, 2007), based on dissertations, theses, and scientific articles. The results indicate that despite legal advancements, such as the National Special Education Policy (2008) and the Brazilian Inclusion Law (2015), effective inclusion remains hindered by a lack of infrastructure, inadequate teacher training, and discontinuity in inclusive practices.

Keywords: Inclusive education, public policies, pedagogical practices, teacher training, structural challenges.

1. Introdução

A educação inclusiva, como um movimento global e nacional, começou a ganhar maior destaque com a Declaração de Salamanca (1994), que pautou uma mudança de paradigma ao promover a ideia de uma escola para todos, valorizando a diversidade como um componente essencial no processo educativo. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 já havia assegurado o direito à educação, em um contexto mais amplo de direitos humanos, mas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei nº 9.394/96) que a inclusão escolar de alunos com deficiência começou a ganhar contornos mais específicos (Brasil, 1996).

A promulgação de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), foi fundamental para a construção de uma estrutura normativa que buscasse assegurar o direito à educação inclusiva em todos os níveis educacionais. Essas políticas afirmam o compromisso do Estado em promover a inclusão por meio de práticas pedagógicas adequadas às necessidades dos alunos com deficiência, garantindo acesso, permanência e aprendizagem com equidade (Brasil, 2008).

Outro marco relevante foi a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015 (Lei nº 13.146/2015), que reforçou a garantia de direitos às pessoas com deficiência, inclusive no campo educacional, exigindo que escolas e instituições de ensino se adaptem para acolher e proporcionar condições adequadas de ensino a todos os alunos. A LBI visa assegurar a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia e combate ao preconceito e discriminação (Brasil, 2015).

Apesar dos avanços obtidos no campo da educação inclusiva, a implementação das políticas públicas voltadas para essa área ainda enfrenta desafios expressivos. Entre as principais dificuldades, destaca-se a ausência de uma formação contínua e especializada para os professores, essencial para que possam atuar com competência em contextos inclusivos. Além disso, a infraestrutura inadequada em muitas instituições educacionais, combinada com

barreiras culturais que resistem à aceitação plena da diversidade, fragiliza a efetivação do processo de inclusão escolar. Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas não apenas sinalizem o caminho para a inclusão, mas também sejam acompanhadas por ações pedagógicas concretas que reflitam um compromisso genuíno com a diversidade e que busquem superar as adversidades presentes na realidade cotidiana das escolas. Somente por meio de uma abordagem colaborativa, que inclua gestores, docentes, famílias e a comunidade, será possível garantir que os estudantes com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade, plenamente inclusiva e equitativa (Ribas, 2023).

A educação inclusiva, reconhecida por sua importância para a democratização do acesso ao ensino, enfrenta no Brasil inúmeros desafios que se manifestam tanto no âmbito estrutural quanto no formativo. A promulgação de políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino é um passo importante, mas sua efetivação ainda esbarra em dificuldades práticas e institucionais. Esses obstáculos se tornam mais evidentes na falta de formação adequada dos professores, na insuficiência de recursos pedagógicos adaptados e na ausência de infraestrutura física que contemple as necessidades dos alunos com deficiência (Brasil, 2008).

A carência de uma preparação continuada para os educadores, além da resistência cultural e dos mitos que ainda envolvem o processo de inclusão, perpetua desigualdades e contribui para a manutenção de práticas excludentes, mesmo em ambientes que deveriam ser acolhedores e acessíveis a todos os estudantes. A pesquisa de Miskalo (2022), por exemplo, evidencia como a ausência de formação continuada impacta diretamente a qualidade das práticas pedagógicas inclusivas, dificultando a inserção plena dos alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar.

Além disso, o cenário pandêmico recente expôs ainda mais as fragilidades do sistema educacional inclusivo, acentuando desigualdades no acesso à tecnologia e revelando a precariedade das práticas colaborativas entre famílias, escolas e docentes (Lopes, 2022). Embora a legislação seja clara ao afirmar os direitos educacionais das pessoas com deficiência, as práticas ainda estão aquém do que é necessário para garantir um ambiente de aprendizagem equitativo, como aponta a pesquisa de Rodrigues (2017) ao tratar da falta de coerência entre as diretrizes políticas e as realidades vivenciadas pelos docentes na educação infantil.

Portanto, o presente estudo se justifica pela necessidade urgente de se realizar uma análise crítica e aprofundada das políticas educacionais inclusivas, com vistas a identificar as barreiras que impedem sua efetiva implementação. É fundamental que sejam analisadas as

práticas pedagógicas e a formação dos docentes sob uma ótica que contemple a diversidade e promova a inclusão de maneira concreta e não apenas normativa. Somente assim será possível superar os desafios históricos que ainda mantêm a educação inclusiva distante da realidade ideal preconizada pelas legislações educacionais (Brasil, 2015).

A partir dessas reflexões, o presente artigo busca responder à seguinte questão central: de que maneira as políticas públicas e as práticas pedagógicas têm contribuído para a consolidação da Educação Inclusiva no Brasil, levando em conta os desafios estruturais, formativos e culturais enfrentados por professores e instituições educacionais? Além disso, o artigo se propõe a investigar as lacunas existentes na implementação dessas políticas em diferentes contextos educacionais, desde a educação básica até o ensino superior. Ao analisar tais questões, pretende-se compreender como esses desafios têm impactado a formação de uma educação verdadeiramente inclusiva, identificando os principais obstáculos que comprometem a equidade e a acessibilidade no processo de aprendizagem para todos os estudantes.

Essa pesquisa tem por analisar como as políticas públicas e as práticas pedagógicas têm contribuído para a efetivação da Educação Inclusiva no Brasil; identificar os desafios estruturais enfrentados por professores e instituições educacionais na implementação da Educação Inclusiva; verificar a contribuição das práticas pedagógicas para a inclusão de pessoas com deficiência; explorar as lacunas existentes na implementação das políticas públicas nos diferentes níveis educacionais.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, conforme descrito por Gonçalves (2007), fundamentada em uma revisão de literatura sobre a educação inclusiva. A pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender fenômenos complexos no campo da educação, oferecendo uma análise crítica e descritiva dos materiais coletados, que incluem dissertações, teses e artigos científicos relacionados ao tema. A revisão de literatura possibilita identificar padrões, lacunas e desafios na implementação das políticas públicas e das práticas pedagógicas inclusivas no Brasil.

A análise desenvolvida neste estudo fundamenta-se em uma seleção criteriosa de textos acadêmicos que discutem a educação inclusiva em variados contextos educacionais, abrangendo desde a educação básica até o ensino superior. O objetivo central da pesquisa é investigar de que maneira as políticas públicas e as práticas pedagógicas estão sendo aplicadas para promover a efetivação da educação inclusiva, ao mesmo tempo em que se busca entender os principais desafios enfrentados nesse processo. Entre esses desafios, destacam-se as dificuldades estruturais, como a falta de acessibilidade física e tecnológica, e as lacunas na

formação continuada dos professores, fatores que afetam diretamente a qualidade e a eficácia das ações inclusivas nas instituições de ensino. Assim, a pesquisa visa não apenas compreender os avanços obtidos, mas também identificar os pontos críticos que ainda precisam ser superados para garantir uma educação inclusiva plena e de qualidade em todos os níveis de ensino.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Educação Inclusiva: Definição e Marco Legal no Brasil

No Brasil, a educação inclusiva é garantida por uma série de legislações e diretrizes que têm como objetivo assegurar o acesso igualitário à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência. Esse conceito de educação inclusiva está fundamentado no princípio de que todas as crianças e jovens, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou emocionais, têm o direito de frequentar a escola regular e participar plenamente das atividades educacionais oferecidas. A proposta inclusiva busca romper com práticas excludentes e segregacionistas, que historicamente marginalizaram estudantes com deficiência, distanciando-os do convívio escolar comum. A educação inclusiva, portanto, representa uma mudança de paradigma, ao propor uma escola para todos, que valorize a diversidade como um recurso pedagógico, capaz de promover o desenvolvimento integral dos estudantes e garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento social.

Segundo Rodrigues (2017), a educação inclusiva se manifesta como uma proposta que vai além da mera presença física dos alunos com deficiência nas salas de aula regulares. Ela envolve a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e o compromisso das instituições educativas em oferecer um ambiente de aprendizagem acessível e adaptado às necessidades de todos os alunos. Em sua dissertação, Rodrigues destaca que a educação inclusiva só se efetiva quando há uma mudança de paradigma por parte dos educadores e das instituições, que devem reconhecer e valorizar a diversidade humana como um elemento central na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

O marco legal da educação inclusiva no Brasil está amplamente consolidado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e, mais recentemente, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). Esses instrumentos legais garantem o direito de todos à educação e estabelecem as bases para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, em todos os níveis educacionais. A LDB, por exemplo, enfatiza a necessidade de atendimento educacional

especializado preferencialmente na rede regular de ensino, assegurando que alunos com deficiência tenham acesso aos apoios necessários para seu desenvolvimento acadêmico (Brasil, 1996).

No âmbito do ensino superior, Ferreira (2012) explora como as políticas educacionais inclusivas estão sendo implementadas nas universidades brasileiras, com um foco específico na Universidade Federal do Maranhão. Sua pesquisa revela que, embora existam avanços no que diz respeito ao acesso de alunos com deficiência ao ensino superior, ainda há muitos desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à infraestrutura das instituições e à formação de professores para lidar com a diversidade de seus alunos. O pesquisador ainda ressalta a importância de programas como o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR), que visa promover a inclusão de estudantes com deficiência por meio de adaptações físicas e pedagógicas nas universidades, embora ainda seja necessário ampliar e consolidar essas ações para que possam beneficiar todos os alunos que delas necessitam.

Dessa forma, a educação inclusiva no Brasil é sustentada por uma sólida base legal, mas a sua efetivação exige uma contínua adaptação e comprometimento por parte das instituições educacionais, de modo que possam oferecer uma educação de qualidade e acessível para todos. A construção de um sistema educacional inclusivo passa pela transformação das práticas pedagógicas e pela conscientização dos educadores sobre a importância de uma educação que valorize as potencialidades de cada aluno, como bem apontam as pesquisas de Rodrigues e Ferreira, que destacam o papel crucial das políticas públicas e da formação docente no fortalecimento da educação inclusiva em diferentes níveis de ensino.

2.2 Políticas Públicas na Educação Inclusiva

As políticas públicas de educação inclusiva no Brasil têm se mostrado fundamentais para a promoção do acesso e da permanência de pessoas com deficiência em todos os níveis de ensino. Entre as principais iniciativas voltadas à inclusão, destacam-se o Programa INCLUIR e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), ambos voltados, direta ou indiretamente, à melhoria da acessibilidade e à garantia de um ensino mais inclusivo nas universidades brasileiras.

O Programa INCLUIR, lançado em 2005 pelo Ministério da Educação (MEC), tem como objetivo principal fomentar a criação de Núcleos de Acessibilidade nas instituições federais de ensino superior. Esses núcleos são responsáveis por garantir a adequação dos

espaços físicos e a oferta de apoio pedagógico especializado para os alunos com deficiência. O programa busca ampliar o acesso de estudantes com necessidades especiais ao ensino superior, promovendo não apenas a inserção desses estudantes, mas também sua permanência e sucesso acadêmico. Ferreira (2012) destaca que o INCLUIR tem sido uma importante ferramenta para mobilizar as universidades a adotarem medidas concretas de acessibilidade, apesar de ainda haver lacunas significativas em sua implementação, especialmente em termos de infraestrutura e formação de professores para atuar nesse novo contexto inclusivo.

Outro marco relevante nas políticas públicas de inclusão no ensino superior foi o REUNI, implementado em 2007. Embora o programa não tenha sido criado especificamente para promover a inclusão de alunos com deficiência, ele desempenha um papel indireto nesse processo ao ampliar o acesso ao ensino superior em geral. O REUNI tinha como objetivo principal aumentar o número de vagas nas universidades federais, melhorar os índices de conclusão dos cursos e otimizar o uso dos recursos físicos e humanos dessas instituições. Ao promover a expansão das universidades e a criação de novos campi, o REUNI abriu espaço para que mais alunos, incluindo aqueles com deficiência, pudessem ingressar no ensino superior (Ferreira, 2012). No entanto, a efetividade do REUNI em termos de inclusão depende diretamente da articulação com programas específicos, como o INCLUIR, para que o acesso ampliado seja também um acesso com qualidade e suporte adequado.

Apesar dos avanços proporcionados por essas políticas, ainda existem desafios consideráveis na implementação de uma educação verdadeiramente inclusiva no Brasil. Ferreira (2012) observa que, embora programas como o INCLUIR tenham levado as universidades a adotar medidas importantes, a maioria das ações permanece pontual e setorial, não sendo suficiente para consolidar a inclusão de maneira estrutural. Há uma necessidade clara de uma abordagem mais integrada, que não só amplie o acesso, mas também ofereça condições reais de permanência e sucesso acadêmico para os estudantes com deficiência. Isso implica repensar as práticas pedagógicas, melhorar a formação continuada dos docentes e garantir que a infraestrutura seja adequadamente adaptada às necessidades de todos os alunos.

A análise dessas políticas demonstra que a inclusão educacional é um processo contínuo, permeado por desafios complexos que demandam atenção constante. A expansão do ensino superior, proporcionada pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), juntamente com as ações de acessibilidade impulsionadas pelo Programa INCLUIR, representam avanços importantes no caminho da inclusão. No entanto, essas iniciativas ainda não são suficientes para garantir a equidade plena no acesso e na permanência

de todos os estudantes, especialmente aqueles com deficiência, nas universidades brasileiras. A igualdade de oportunidades e a criação de condições adequadas para o aprendizado e desenvolvimento pleno dependem de um esforço contínuo, que envolve tanto o fortalecimento dessas políticas quanto a sua implementação efetiva e integrada em todos os níveis educacionais. Somente com esse compromisso será possível concretizar o ideal de uma educação verdadeiramente inclusiva, conforme previsto na legislação brasileira e alinhado aos princípios de equidade e justiça social.

2.3 Práticas Pedagógicas Inclusivas

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas configura-se como um dos maiores desafios da educação contemporânea no Brasil, exigindo um esforço contínuo para garantir que todos os estudantes tenham acesso pleno ao processo de aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou emocionais. Essas práticas se fundamentam em uma concepção de educação que valoriza a diversidade como um elemento central na construção do conhecimento, reconhecendo que cada aluno traz consigo experiências e necessidades únicas que precisam ser acolhidas e atendidas. Nesse sentido, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem emergido como uma abordagem pedagógica inovadora e eficaz, uma vez que promove a flexibilidade curricular e a diversificação das metodologias de ensino, de forma a contemplar as múltiplas formas de aprender. Com o DUA, os professores são incentivados a criar ambientes educacionais mais acessíveis e equitativos, permitindo que todos os alunos participem ativamente, respeitando seus ritmos e formas de aprendizagem. A adoção de práticas baseadas no DUA, portanto, representa um passo importante para a concretização de uma educação inclusiva de fato, que não apenas preconiza a inclusão, mas que a coloca em prática de maneira efetiva e transformadora (Mendes; Almeida; Poletto, 2023).

Adriana Ligia Miskalo, em sua dissertação, explora o DUA como uma forma eficaz de organizar práticas pedagógicas inclusivas, especialmente para educandos com deficiência intelectual. Segundo Miskalo (2022), o DUA se baseia em três princípios fundamentais: a provisão de múltiplas formas de representação, de expressão e de engajamento. Esses princípios são projetados para acomodar diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo que todos os alunos tenham acesso ao conteúdo educacional, possam demonstrar suas habilidades e se sintam motivados a participar das atividades propostas.

A implementação do DUA nas salas de aula requer uma mudança significativa nas práticas pedagógicas tradicionais. É necessário que os professores adotem uma postura mais flexível e criativa, utilizando recursos variados, como tecnologia assistiva, materiais adaptados e estratégias de ensino diferenciadas, para que todos os alunos possam se beneficiar do processo de aprendizagem. Miskalo (2022) enfatiza que o sucesso dessas práticas inclusivas está diretamente ligado à formação continuada dos docentes. Sem uma formação adequada, os professores podem ter dificuldades para aplicar os princípios do DUA e outras práticas pedagógicas inclusivas, o que pode resultar na exclusão de alguns alunos do processo educacional.

Além do DUA, outras práticas educacionais inclusivas também têm sido implementadas com o objetivo de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A formação de professores para trabalhar em ambientes inclusivos é essencial para que as estratégias pedagógicas sejam eficazes. Muitas vezes, a formação inicial dos docentes não aborda de forma suficiente as questões relacionadas à inclusão, o que torna a formação continuada um elemento crucial para que os educadores se sintam preparados para lidar com a diversidade em suas salas de aula. Além disso, práticas colaborativas entre professores e outros profissionais, como psicopedagogos e terapeutas, podem auxiliar na construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e acolhedor (Miskalo, 2022).

Outro ponto importante é a necessidade de garantir que as práticas pedagógicas inclusivas não sejam vistas apenas como adaptações ou concessões feitas para alunos com deficiência. Em vez disso, essas práticas devem ser entendidas como uma reestruturação do ambiente de aprendizagem que beneficia a todos os estudantes, independentemente de suas características individuais. O DUA, por exemplo, propõe que as adaptações não sejam exclusivas para os alunos com deficiência, mas sim integradas ao currículo de forma que todos os alunos possam se beneficiar dessas práticas. Isso contribui para um ambiente de aprendizagem mais equitativo e menos segregador, onde todos têm a oportunidade de aprender em suas próprias condições e ritmos (Miskalo, 2022).

Em resumo, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas exige um esforço conjunto por parte das instituições educacionais, dos professores e das políticas públicas. A abordagem do Desenho Universal para a Aprendizagem, conforme discutida por Miskalo (2022), oferece uma estratégia eficaz para tornar a educação mais inclusiva e acessível, mas seu sucesso depende da formação continuada dos docentes e de um comprometimento institucional com a inclusão. O desafio é grande, mas os benefícios são imensos, não apenas para os alunos

com deficiência, mas para todos os estudantes que podem se beneficiar de um ambiente de aprendizagem mais flexível, diversificado e acolhedor.

3. Análise e Discussão

3.1 Contribuições das Políticas Públicas: Avaliação Crítica

As políticas públicas de educação inclusiva no Brasil têm desempenhado um papel crucial na promoção do acesso de estudantes com deficiência a ambientes de ensino regular, especialmente após a promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015. No entanto, embora o arcabouço legal seja robusto, sua implementação tem se mostrado desigual, enfrentando desafios que vão desde a formação inadequada dos professores até a falta de infraestrutura apropriada. Durante a pandemia de COVID-19, essas dificuldades se tornaram ainda mais evidentes, como aponta Mariana Lopes em seu estudo sobre a inclusão durante o período de ensino remoto emergencial (Lopes, 2022).

As políticas públicas, em grande parte, impulsionaram avanços no campo da inclusão educacional. Iniciativas como o Programa INCLUIR, que visa à criação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades, e o REUNI, que promoveu a expansão das universidades federais, possibilitaram o ingresso de um maior número de estudantes com deficiência no ensino superior. No entanto, Lopes (2022) destaca que a crise pandêmica evidenciou uma fragilidade significativa na execução dessas políticas. As escolas e universidades se viram despreparadas para lidar com as demandas específicas dos estudantes com deficiência em um cenário de ensino remoto, o que muitas vezes resultou em exclusão educacional, mesmo em instituições que antes se esforçavam para implementar práticas inclusivas.

Durante a pandemia, um dos grandes entraves foi a falta de acesso a tecnologias adequadas e a ausência de estratégias pedagógicas inclusivas que pudessem ser adaptadas para o ensino remoto. Muitos estudantes com deficiência, que já enfrentavam barreiras significativas no ensino presencial, viram-se completamente isolados e sem suporte adequado no ambiente virtual. Lopes (2022) observa que, embora houvesse diretrizes de políticas públicas que incentivassem a inclusão, como a Lei Brasileira de Inclusão, a falta de formação específica para os docentes e o escasso apoio às famílias dos estudantes tornaram a inclusão efetiva quase impossível nesse período crítico.

Além disso, Lopes (2022) ressalta que, apesar dos esforços institucionais, muitos professores relataram se sentir impotentes frente à tarefa de adaptar suas práticas para o ambiente remoto de maneira que contemplasse a diversidade dos estudantes, especialmente aqueles do público-alvo da educação especial. Esse descompasso entre a normativa das políticas públicas e a realidade prática enfrentada nas escolas e universidades revela uma lacuna significativa na efetividade das iniciativas de inclusão. A implementação das políticas públicas, em muitos casos, tem sido limitada por uma falta de recursos estruturais e pela ausência de uma formação docente que realmente prepare os educadores para lidar com as complexidades da educação inclusiva em situações atípicas, como a pandemia.

Ao analisar criticamente as contribuições das políticas públicas para a educação inclusiva no Brasil, fica claro que, apesar dos avanços legislativos significativos, sua efetivação na prática continua a enfrentar grandes desafios. Embora essas políticas tenham estabelecido uma base legal sólida e fomentado importantes iniciativas de inclusão, sua implementação ainda esbarra em obstáculos substanciais, especialmente em contextos de crise, como o período da pandemia de COVID-19, que evidenciou fragilidades no sistema educacional. Para que a inclusão se concretize de forma plena, é imprescindível que essas políticas sejam acompanhadas por um suporte mais consistente, que inclua a formação continuada e especializada dos professores, a ampliação da infraestrutura tecnológica e a disponibilização de recursos pedagógicos adaptados às diferentes necessidades dos estudantes. Além disso, é fundamental que haja um acompanhamento rigoroso e contínuo da aplicação dessas diretrizes, assegurando que elas sejam implementadas de maneira equitativa e eficaz em todos os níveis educacionais, de modo a garantir que o direito à educação inclusiva seja realmente uma realidade para todos.

3.2 Impacto das Práticas Pedagógicas

As práticas pedagógicas inclusivas nas escolas têm desempenhado um papel essencial na promoção da equidade e do direito à educação para todos, especialmente para estudantes com deficiência. No entanto, a implementação dessas práticas ainda enfrenta desafios consideráveis, variando de acordo com o nível educacional e as condições das instituições. A pesquisa de Adriana Miskalo (2022) oferece uma visão detalhada dos obstáculos e avanços observados, especialmente no que tange ao uso do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que tem como objetivo adaptar o ensino para atender a todos os alunos de forma eficaz e inclusiva.

Miskalo (2022) aponta que as práticas pedagógicas baseadas no DUA são uma tentativa de reestruturar o ensino a partir de princípios que permitam a inclusão de todos os estudantes, independentemente de suas condições ou limitações. Essas práticas buscam promover a diversidade no ambiente de aprendizagem, oferecendo múltiplos meios de representação, expressão e engajamento. No entanto, um dos grandes desafios enfrentados na aplicação dessas práticas é a formação inadequada de muitos professores, que muitas vezes não possuem as ferramentas e o conhecimento necessário para aplicar efetivamente os princípios do DUA em suas salas de aula.

No nível básico da educação, as práticas pedagógicas inclusivas frequentemente esbarram na falta de recursos e no desconhecimento dos professores sobre como lidar com a diversidade de forma prática e eficiente. Segundo Miskalo (2022), embora a legislação exija a inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares, os docentes ainda relatam dificuldades em adaptar as atividades pedagógicas para atender plenamente as necessidades desses alunos. Muitos professores acabam limitados pela escassez de materiais adaptados, falta de apoio especializado e, em alguns casos, pela ausência de uma cultura escolar verdadeiramente inclusiva.

Já no ensino superior, o cenário apresenta tanto desafios quanto algumas inovações. Em algumas universidades, práticas pedagógicas inclusivas foram implementadas de maneira mais eficaz, com a criação de Núcleos de Acessibilidade e o uso de tecnologias assistivas para apoiar os estudantes com deficiência. No entanto, conforme apontado por Miskalo (2022), a realidade em muitas instituições ainda é fragmentada, com práticas inclusivas sendo realizadas de forma isolada e não como parte de uma política institucional coesa e contínua. Isso revela a necessidade de uma maior articulação entre as políticas públicas e as práticas pedagógicas no cotidiano das escolas e universidades.

A pesquisa de Miskalo (2022) também destaca o impacto emocional e psicológico que as práticas pedagógicas inclusivas — ou a falta delas — têm sobre os estudantes. Quando essas práticas são implementadas de forma adequada, os alunos com deficiência sentem-se mais valorizados e capazes de participar ativamente do processo de aprendizagem. Por outro lado, quando a inclusão não é efetiva, esses estudantes podem experimentar sentimentos de exclusão e desmotivação, o que prejudica não apenas seu desempenho acadêmico, mas também seu bem-estar geral.

Assim, as práticas pedagógicas inclusivas não podem ser vistas apenas como adaptações isoladas para um pequeno grupo de alunos, mas como um processo contínuo e colaborativo que

envolve toda a comunidade escolar. A pesquisa de Miskalo (2022) revela que, embora existam desafios consideráveis, as práticas pedagógicas inclusivas, quando bem implementadas, têm o potencial de transformar o ambiente educacional, tornando-o mais acolhedor e eficaz para todos os alunos, independentemente de suas particularidades.

É essencial que escolas e universidades assumam um compromisso efetivo com a formação continuada de seus professores, garantindo que eles estejam preparados para lidar com a diversidade presente no ambiente educacional. Além disso, é imperativo que essas instituições invistam no desenvolvimento de recursos pedagógicos acessíveis e adaptados às diferentes necessidades dos alunos, bem como na criação de uma cultura escolar que celebre e valorize a diversidade em todas as suas formas. Somente através desse comprometimento integral e contínuo será possível superar as barreiras que ainda limitam a inclusão plena, proporcionando a todos os estudantes, independentemente de suas condições, o acesso a uma educação de qualidade, equitativa e verdadeiramente inclusiva. O sucesso desse processo depende de uma mudança estrutural que abrange não apenas as políticas institucionais, mas também a mentalidade e a prática pedagógica de todos os atores envolvidos na educação.

3.3 Desafios Formativos e Estruturais

A inclusão efetiva de alunos com deficiência nas escolas brasileiras esbarra em uma série de desafios formativos e estruturais que, embora frequentemente discutidos, ainda persistem como grandes entraves à realização plena de uma educação inclusiva. A formação docente e as condições institucionais são dois eixos fundamentais nessa discussão, ambos amplamente abordados pelos estudos de Rodrigues (2017) e Ferreira (2012)

No que diz respeito à formação docente, Rodrigues (2017) observa que a formação inicial dos professores frequentemente carece de uma abordagem mais profunda e prática sobre a educação inclusiva. Muitos cursos de licenciatura ainda tratam o tema de forma superficial, sem preparar adequadamente os futuros docentes para lidar com a diversidade que encontrarão em suas salas de aula. Essa lacuna formativa gera insegurança nos professores, que, mesmo bem-intencionados, acabam se sentindo despreparados para implementar práticas pedagógicas inclusivas de maneira eficaz. O desconhecimento sobre as necessidades específicas dos alunos com deficiência e a falta de estratégias pedagógicas adaptadas resultam em dificuldades para promover uma aprendizagem significativa para esses estudantes.

Esse cenário é agravado pelas condições institucionais encontradas nas escolas e universidades. Ferreira (2012), em seu estudo sobre a inclusão no ensino superior, destaca que muitas instituições ainda carecem de infraestrutura adequada para atender plenamente os alunos com deficiência. A ausência de recursos físicos acessíveis, como rampas e sinalização apropriada, juntamente com a falta de materiais didáticos adaptados, limita a participação ativa desses estudantes. Embora as políticas públicas brasileiras, como o Programa INCLUIR, tenham buscado mitigar esses problemas, a implementação dessas políticas é, muitas vezes, fragmentada e insuficiente para atender às demandas reais.

Além da infraestrutura, as condições institucionais também incluem a disponibilidade de apoio pedagógico especializado, algo que ainda é escasso em muitas escolas. O atendimento educacional especializado (AEE) deveria estar disponível para todos os alunos que necessitam de apoio adicional, mas, na prática, o número de profissionais capacitados é insuficiente para suprir essa demanda. Como resultado, professores regulares frequentemente se veem sozinhos diante de desafios complexos, sem o suporte necessário para adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades de cada aluno Rodrigues (2017), Ferreira (2012).

Tanto Rodrigues (2017) quanto Ferreira (2012) apontam para a necessidade urgente de uma formação continuada que possa dar suporte aos professores no desenvolvimento de práticas inclusivas mais consistentes. Para Ferreira (2012), essa formação continuada deve ser acompanhada de políticas institucionais que assegurem não apenas a capacitação dos professores, mas também o suporte estrutural necessário para que a inclusão se torne efetiva. Ela argumenta que, sem um esforço coletivo das instituições educacionais para garantir acessibilidade e apoio pedagógico, a inclusão corre o risco de se tornar apenas um ideal, distante da realidade vivida pelos alunos com deficiência e seus professores

Os desafios formativos e estruturais que dificultam a plena inclusão de alunos com deficiência no contexto educacional são, de fato, complexos e multifacetados. A formação docente necessita ser amplamente fortalecida, com foco específico na prática inclusiva e no desenvolvimento de competências que capacitem os professores a lidar de maneira eficaz com a diversidade presente em suas salas de aula. Essa formação deve ir além da teoria, promovendo experiências práticas que ajudem os educadores a enfrentar as situações cotidianas de inclusão. Além disso, é imprescindível que as condições institucionais também sejam aprimoradas, garantindo que escolas e universidades ofereçam não apenas ambientes fisicamente acessíveis, mas também acolhedores e inclusivos, nos quais todos os estudantes possam se desenvolver plenamente. Isso envolve desde a adaptação das estruturas físicas até a revisão de práticas

pedagógicas que muitas vezes ainda são excludentes. Somente através de uma abordagem integrada, que contemple tanto a formação contínua dos educadores quanto a adaptação das estruturas e recursos pedagógicos, será possível concretizar a inclusão de forma eficaz, transformando-a em uma realidade tangível e duradoura no cenário educacional brasileiro.

3.4 Lacunas Identificadas

As políticas públicas voltadas para a inclusão educacional no Brasil têm representado um importante avanço no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência ao acesso à educação regular. No entanto, a implementação dessas políticas ainda apresenta lacunas significativas, que comprometem sua eficácia, especialmente em contextos desafiadores como o que foi vivenciado durante e após a pandemia de COVID-19. O estudo de Mariana Lopes (2022) oferece uma análise detalhada dessas falhas, particularmente no que diz respeito à descontinuidade das práticas inclusivas após o período de ensino remoto emergencial.

Durante a pandemia, as escolas e universidades tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto emergencial. Embora essa transição tenha evidenciado desigualdades, como a falta de acesso adequado à tecnologia por parte dos alunos com deficiência, também houve esforços consideráveis para manter práticas pedagógicas inclusivas por meio do uso de tecnologias assistivas e adaptações no ensino à distância. Lopes (2022) destaca que, embora muitos professores tenham sido bem-sucedidos em adaptar suas práticas para o ambiente online, o retorno ao ensino presencial trouxe uma descontinuidade preocupante dessas iniciativas. Muitas das estratégias colaborativas e inclusivas que haviam sido desenvolvidas no ensino remoto não foram mantidas após o retorno às salas de aula.

Essa falta de continuidade se deve, em grande parte, à ausência de uma política institucional que integre as práticas inclusivas de maneira sustentável e permanente. Lopes (2022) observa que, durante o ensino remoto, as escolas e universidades foram forçadas a inovar e buscar soluções para atender às necessidades de todos os estudantes, mas, com o retorno ao presencial, essas inovações foram, em muitos casos, abandonadas em favor de um retorno aos métodos tradicionais de ensino. Essa reversão mostra uma lacuna crítica na implementação das políticas públicas de inclusão: a falta de comprometimento institucional para manter e ampliar as práticas inclusivas além do contexto emergencial.

Outro ponto levantado por Lopes (2022) é a insuficiência de formação continuada para os docentes, que impacta diretamente a sustentabilidade das práticas inclusivas. Durante o

ensino remoto, muitos professores receberam formações específicas para lidar com a nova realidade digital e com as demandas de seus alunos com deficiência. No entanto, com o retorno às aulas presenciais, essa formação não foi mantida com o mesmo vigor, resultando em uma perda de conhecimento prático e em uma dificuldade maior para reincorporar as práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Essas lacunas evidenciam que, embora as políticas públicas tenham proporcionado um arcabouço importante para a promoção da inclusão, elas ainda carecem de mecanismos que assegurem a continuidade e a eficácia das práticas inclusivas ao longo do tempo e em diferentes contextos. A inclusão não pode ser vista como uma resposta emergencial, mas sim como uma prática contínua e integrada, que precisa estar enraizada na cultura das instituições educacionais. Isso só será possível por meio de um planejamento estratégico que envolva tanto a formação permanente dos professores quanto o compromisso das escolas e universidades em manter as adaptações e os suportes necessários para todos os estudantes, independentemente do formato de ensino.

4. Considerações Finais

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva no Brasil têm desempenhado um papel crucial na promoção do acesso e da permanência de alunos com deficiência em todos os níveis de ensino. Contudo, mesmo com os avanços normativos significativos, a implementação efetiva dessas políticas enfrenta diversos desafios. O estudo realizado revelou tanto as contribuições quanto as lacunas que ainda persistem. Programas como o INCLUIR e a Lei Brasileira de Inclusão foram fundamentais para consolidar o direito à educação inclusiva, promovendo a criação de Núcleos de Acessibilidade nas universidades e garantindo a inserção de estudantes com deficiência no sistema educacional. No entanto, a falta de continuidade e o descompasso entre a normativa e a realidade prática limitam os impactos dessas políticas, como foi evidenciado durante o período de ensino remoto emergencial.

Durante a pandemia de COVID-19, as instituições educacionais tiveram que se adaptar rapidamente ao ensino remoto, expondo diversas fragilidades no sistema de inclusão. Mariana Lopes (2022) observou que, apesar de algumas inovações pedagógicas terem sido implementadas com sucesso no ambiente online, muitas delas foram abandonadas com o retorno ao ensino presencial. Isso aponta para uma lacuna significativa na forma como as políticas públicas têm sido aplicadas de maneira descontínua, sem uma estrutura sólida que

assegure a permanência das práticas inclusivas, independentemente do contexto educacional. O retorno às práticas tradicionais muitas vezes reverteu os avanços feitos, demonstrando a falta de uma cultura institucional que valorize a inclusão como uma prática permanente e essencial.

Outro desafio identificado está relacionado à formação docente. Rodrigues (2017) destaca que a formação inicial dos professores raramente aborda a educação inclusiva com a profundidade necessária. Como resultado, muitos educadores se sentem despreparados para lidar com a diversidade em suas salas de aula. Essa lacuna formativa gera insegurança e limita a capacidade dos docentes de adaptar suas práticas pedagógicas para atender de maneira eficaz os alunos com deficiência. Essa questão é agravada pela escassez de oportunidades de formação continuada focadas na inclusão, o que impede que os professores se mantenham atualizados sobre as melhores práticas pedagógicas inclusivas.

Além das dificuldades formativas, as condições institucionais das escolas e universidades brasileiras também representam uma barreira significativa para a inclusão. Ferreira (2012) argumenta que, embora as políticas públicas tenham fomentado a criação de infraestruturas acessíveis, muitas instituições ainda carecem de recursos adequados para atender plenamente às necessidades dos alunos com deficiência. A ausência de tecnologias assistivas, materiais didáticos adaptados e espaços fisicamente acessíveis limita a inclusão efetiva, perpetuando a exclusão de estudantes que dependem dessas adaptações para participar plenamente das atividades educacionais.

Diante desse contexto, é crucial refletir sobre o futuro da educação inclusiva no Brasil e identificar as transformações necessárias para que ela se torne, de fato, uma realidade efetiva em todas as esferas educacionais. Para que a inclusão se consolide de maneira sustentável, é essencial que as políticas públicas não se limitem a assegurar o acesso dos alunos com deficiência à educação, mas também garantam sua permanência em ambientes que realmente respondam às suas necessidades específicas. Isso exige um comprometimento significativo das instituições educacionais com a formação continuada de seus professores, de modo que essa capacitação seja constante e focada em práticas pedagógicas inclusivas, como o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), abordado por Adriana Miskalo (2022). Além disso, essa formação deve proporcionar aos educadores não apenas o conhecimento teórico, mas também ferramentas práticas que lhes permitam enfrentar a diversidade com confiança e eficácia. Assim, a inclusão pode se tornar uma parte integral do cotidiano escolar e universitário, promovendo uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade

como um aspecto central no desenvolvimento dos alunos e na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Além disso, é necessário assegurar que as instituições educacionais estejam física e pedagogicamente preparadas para receber todos os alunos. A melhoria das infraestruturas e o fornecimento de recursos especializados são fundamentais para que a inclusão ocorra de maneira efetiva e não seja apenas uma formalidade. As práticas inclusivas devem ser integradas de forma permanente nos currículos escolares e nas políticas institucionais, garantindo que as inovações pedagógicas adotadas durante momentos emergenciais, como a pandemia, não sejam abandonadas quando a normalidade é retomada.

Em conclusão, superar as lacunas identificadas ao longo deste estudo requer um esforço coletivo que envolva políticas públicas mais robustas, formação docente continuada e um compromisso institucional com a inclusão. Somente por meio dessas melhorias será possível garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade e ofereça oportunidades iguais para todos os alunos, independentemente de suas características ou necessidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC, Brasília, 2008.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

FERREIRA, Nilma Maria Cardoso. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Análise de Políticas Educacionais para a Pessoa com Deficiência na Universidade Federal do Maranhão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

DA ROCHA RIBAS, Márcia Helena. Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 20, n. 20, p. 343-356, 2023.

GONÇALVES, M. C. S. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciências & Cognição**, v. 10, p. 199-203, 2007.

LOPES, Mariana Moraes. **Inclusão Escolar e Práticas Docentes na Pandemia Antes e Após o Retorno do Ensino Presencial**. 2022. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

MISKALO, Adriana Ligia. **Educação Escolar Inclusiva: Práticas Pedagógicas e o Desenho Universal para a Aprendizagem de Educandos com Deficiência Intelectual**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá, 2022.

MENDES, Amanda Ferreira; DE ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães; POLETTO, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 23-35, 2023.

RODRIGUES, P. R. E. **Educação Inclusiva: Significados e Sentidos Configurados a partir de uma Experiência Formativa Docente**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alfenas, 2017.